Câmara Munic, Laranja da Terra Recebemos em: 26/05 Protocolo nº: -

PROTOCOLO

PROJETO DE RESOLUÇÃO № 4/2025

Dispõe sobre a criação, a estrutura e o funcionamento da Ouvidoria Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Larania da

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o que dispõe o art. 8º, inciso I, do Regimento Interno (Resolução nº 018/90), faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte:

Terra/ES.

RESOLUÇÃO

Art.1º Fica criada a Ouvidoria Geral na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

Art. 2º A Ouvidoria Geral é um órgão auxiliar de interlocução entre o Poder Legislativo Municipal, o cidadão e a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de reclamações, denúncias, sugestões, elogios e quaisquer outras manifestações, desde que relacionados ao funcionamento da Câmara Municipal de Laranja da Terra.

Art. 3º São atribuições da Ouvidoria Geral:

- I promover a participação do cidadão, junto à Câmara Municipal, em cooperação com outros órgãos da administração voltados a defesa do usuário;
- II receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações perante a Câmara Municipal; e
- III promover a adoção de mediação e conciliação entre o cidadão e a Câmara Municipal, sem prejuízo de análise da matéria por outros órgãos competentes.

Art. 4º Compete à Ouvidoria Geral, no exercíció de suas atribuições institucionais:

- I receber, analisar e encaminhar à Presidência da Câmara as manifestações da sociedade que lhe for dirigida, em especial aquelas sobre:
- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais:
- b) ilegalidades, atos de improbidade administrativa e abuso de poder;
- c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Câmara Municipal. II – propor aos órgãos de administração superior da Câmara Municipal de Laranja da Terra medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados;

III – promover atividades de intercâmbio com a sociedade civil;

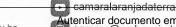


Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



camaralaranjadaterra







IV – estabelecer meios de comunicação direta entre a Câmara Municipal e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados;

V — contribuir para a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e na fiscalização da prestação dos serviços realizados pela Câmara Municipal de Laranja da Terra;

VI – manter contato permanente com os vários órgãos da Câmara Municipal de Laranja da Terra, estimulando-os a atuar em permanente sintonia com os direitos dos usuários; VII – coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados;

VIII - promover o intercâmbio de informações e manifestações com outras Ouvidorias; IX - auxiliar a Presidência na tomada de medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

X - auxiliar a Presidência na tomada de medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos;

Art. 5º A Ouvidoria Geral será composta e chefiada por um Ouvidor-Geral, que será designado pelo(a) Presidente da Câmara, em cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

§ 1º A Mesa Diretora prestará o auxílio de pessoal e material necessário ao funcionamento administrativo e operacional da Ouvidoria Geral.

§ 2º O (A) Ouvidor(a) Geral será substituído(a), nos seus impedimentos, por um servidor efetivo municipal, com conhecimentos sobre o papel da Ouvidoria Geral e seu funcionamento.

§ 3º O cargo de Ouvidor-Geral será exercido de forma presencial ou virtual, por teletrabalho ou home office, atendidas as necessidades da Presidência da Câmara Municipal de Laranja da Terra.

§ 4º São requisitos para nomeação do Ouvidor-Geral:

I - ter reputação moral ilibada e notório conhecimentos em direito e administração pública;

II - ter conhecimento sobre processo legislativo;

III - não ter sido condenado por crime, com sentença transitado em julgado.

Art. 6º O Ouvidor-Geral, no exercício de suas funções, poderá:

I – requisitar informações ou cópias de documentos a qualquer órgão ou servidor da Câmara Municipal;

II – solicitar a qualquer órgão informações e cópias de documentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições regimentais, através da Presidência da Câmara Municipal.

§ 1º Os órgãos internos da Câmara Municipal terão prazo de até vinte dias para responder às requisições e solicitações feitas pelo Ouvidor-Geral, prazo este que poderá ser prorrogado, a seu critério, em razão da complexidade do assunto.

 $\S~2^{\rm o}$ O não cumprimento do prazo previsto no $\S~1^{\rm o}$ deverá ser comunicado ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 7º São atribuições exclusivas do Ouvidor-Geral:







- I exercer suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito de manifestação dos cidadãos;
- II recomendar a correção de procedimentos administrativos;
- III sugerir, quando cabível, a adoção de providências ou apuração de atos considerados irregulares ou ilegais;
- IV determinar, de forma fundamentada, o encerramento de manifestações;
- V manter sigilo, quando solicitado, sobre os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria;
- VI promover estudos e pesquisas objetivando o aprimoramento da prestação de serviços da Ouvidoria;
- VII solicitar à Presidência da Câmara o encaminhamento de procedimentos às autoridades competentes;
- VIII solicitar informações quanto ao andamen to de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria;
- IX elaborar relatório anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento à Mesa Diretora, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos;
- X incentivar e propiciar aos servidores da Ouvidoria oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;
- XI propor ao Presidente da Câmara Municipal a celebração de convênios ou parcerias com entidades afins e de interesse da Ouvidoria;
- XII propor ao Presidente da Câmara Municipal a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados às atividades da Ouvidoria.

Parágrafo único. Todos os dados colhidos deverão ser mantidos em sigilo, pelo Ouvidor-Geral, inclusive após o término do exercício da sua função.

- Art. 8º A Câmara Municipal garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria por meio dos seguintes canais de comunicação:
- I acesso exclusivo à Ouvidoria por meio da página eletrônica da Câmara Municipal na internet, contendo formulário específico para o registro de manifestações;
- II serviço de atendimento pessoal;
- III recebimento de manifestações, por meio de correio ou outro meio identificado para esse fim.
- § 1º A manifestação será dirigida à Ouvidoria Geral e conterá a identificação do requerente.
- § 2º A identificação do requerente não conterá exigências que inviabilizem sua manifestação.
- § 3º São proibidas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a Ouvidoria.
- § 4º A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, correspondência convencional ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.
- § 5º No caso de manifestação por meio eletrônico, prevista no § 4º, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá, a Ouvidoria Geral, requerer meio de certificação da identidade do usuário.







camaralaranjadaterra



www.cmlarania

o camaralaranjadaterra



§ 6º Será permitido o recebimento de denúncias que comportem o sigilo do denunciante, devendo ser mantida, sob guarda e segredo do Ouvidor-Geral, as informações recebidas, cabendo, à Câmara, disponibilizar uma sala para o atendimento presencial.

§ 7º Quando do recebimento da demanda, será gerado um número de protocolo a ser enviado para o cidadão para acompanhamento do processo de resposta.

§ 8º É assegurado ao cidadão a complementação das informações, caso, ao seu juízo, sejam insuficientes.

§ 9º Quando a denúncia ou manifestação envolver a pessoa do próprio Ouvidor-Geral, deverá ser imediatamente designado um Ouvidor-Substituto, que assumirá o caso.

§ 10 A quantidade de manifestações recebidas será controlada pelo Ouvidor-Geral, detalhando-as por elogios, denúncias, solicitações, reclamações e sugestões.

Art. 9º A Ouvidoria Geral receberá e registrará as manifestações anônimas que pela descrição dos fatos forneçam indícios de procedência do fato denunciado.

Parágrafo único. Caso não haja indícios de procedência do fato denunciado, o Ouvidor-Geral deverá arquivá-la, fundamentando sua decisão, que será disponibilizada, para acesso público, no canal da Ouvidoria Geral, junto ao site da Câmara Municipal.

Art. 10 A Presidência da Câmara Municipal assegurará autonomia à Ouvidoria Geral, mediante apoio logístico, tecnológico, administrativo e operacional necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 11 A Mesa da Câmara Municipal editará os atos necessários a fiel execução das medidas previstas na presente Resolução.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Laranja da Terra, 26 de maio de 2025.

SANDRA GOMES

Presidente da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara Municipal

MARLON WOLFGRAMM

Secretário da Mesa Diretora





n camaralaranjadaterra



MENSAGEM

Senhores Vereadores:

Encaminhamos ao Colendo Plenário da Câmara Municipal, o Projeto de Resolução nº 4/2025, que dispõe sobre a criação, a estrutura e o funcionamento da Ouvidoria Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Laranja da Terra/ES.

A publicidade é um princípio constitucional e a divulgação é uma meta institucional em atendimento, dentre outras normas pertinentes, à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e à Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

A Câmara Municipal, na condição de Poder Legislativo local, tem o dever republicano de agir com transparência, eficiência e com disponibilidade institucional para dialogar com a comunidade.

Além disso, a Câmara Municipal tem a obrigação constitucional de aprimorar suas ações e seus serviços e de qualificar seu relacionamento com os cidadãos e com a comunidade, adotando medidas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito perante a sociedade.

Sendo o que temos para o momento, submetemos ao Egrégio Plenário a apreciação do presente Projeto de Resolução, para o qual esperamos aprovação.

Cordialmente,

Laranja da Terra, 26 de maio de 2025.

SANDRA GOMES

Presidente da Câmara Municipal

GEANN RATUNDE

Vice-Presidente da Câmara Municipal

MARLON WOLFGRAMM

Secretário da Mesa Diretora



Av. Luiz Obermuller Filho, 85, 2º Andar Centro - Laranja da Terra/ES - CEP: 29.615-000



www.cmlaranja

camaralaranjadaterra

